

NOVA PAC ATRIBUI A PORTUGAL 9782 MILHÕES DE EUROS A PARTIR DE 2021

Plano de Recuperação e Resiliência prevê 93 milhões para a Agenda de Inovação 20|30

Pág. II



Entrevista

MINISTRO DO MAR QUER "MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS" E "DIMINUIR OS CUSTOS DE CONTEXTO"

Estratégia Nacional para o Mar prevê aumento de 30% do VAB até 2030

Pág. II



Destaques

"Miguel Anaya nunca apresentou nenhum projeto estruturado sobre a Região Demarcada do Douro"

Págs. VI e VII

À quarta foi de vez: Portugal ganhou o ECOTROPHELIA Europe

Págs. IV e V

NOVA PAC ATRIBUI A PORTUGAL 9782 MILHÕES DE EUROS A PARTIR DE 2021

Plano de Recuperação e Resiliência prevê 93 milhões para a Agenda de Inovação 20|30

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado pelo Governo a Bruxelas prevê uma dotação de 93 milhões de euros para a "Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30".

Quanto à dotação global da Política Agrícola Comum (PAC 2021-2027), Portugal vai receber, já a partir de 2021, 9782 milhões de euros. Serão distribuídos 5509 milhões de euros pelo Pilar I (Pagamentos Diretos e Medidas de mercado) e 4274 milhões de euros pelo Pilar II (Desenvolvimento Rural).

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30, a que o Ministério da Agricultura convencionou chamar "Terra Futura", "pretende tomar parte na resposta ágil e adequada, que os vários desafios exigem do setor agroalimentar", respondendo também ao "desafio das alterações climáticas e da resiliência aos choques futuros, da transição digital, conhecimento e inovação, e promover uma sociedade mais justa que responda ao desafio demográfico e às desigualdades, sem deixar ninguém para trás".

Em resposta às questões colocadas pela "Vida Económica", Maria do Céu Antunes garante que "este é o propósito" em cima da mesa para a próxima década e que passa por "fazer crescer a agricultura, inovando-a e entregando-a à próxima geração".

A Terra Futura está estruturada em 15 iniciativas consideradas emblemáticas, em torno de quatro pilares: Sociedade, Território, Cadeia de Valor e Estado.

Além de integrar o Programa do Governo, esta estratégia "segue as orientações e compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, do Pacto Ecológico Europeu e, especificamente, da estratégia "Do Prado ao Prato", refere a ministra. O documento também "incorpora os compromissos assumidos nas várias estratégias, programas e planos nacionais, da área governativa da Agricultura ou que tenham intervenção no setor agrícola e alimentar".

Ainda no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado pelo Governo, também estão previstos 30 milhões de euros para o "Relançamento Económico da Agricultura Açoriana".

A "Vida Económica" questionou o Ministério da Agricultura sobre que tipo de relançamento estamos a falar e que ações vão ser implementadas nos Açores, na vertente agrícola, mas o Ministério de Maria do Céu Antunes remeteu para o Governo Regional dos Açores a explicação para o assunto. "Os Açores têm autonomia para definir e implementar estas ações", respondeu.



Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura.

Portugal vai receber 9782 milhões de euros da nova PAC

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, participou no final de outubro, no Luxemburgo, no Conselho de Agricultura e Pescas, que tinha como principais temas a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e as conclusões sobre a Estratégia Do Prado ao Prato ('Farm to Fork').

Está previsto que, a partir de 2021, Portugal receba 9782 milhões de euros de fundos comunitários. Serão distribuídos pelo Pilar I da PAC (Pagamentos Diretos e Medidas de mercado) – 5509 milhões de euros – e pelo Pilar II da PAC (Desenvolvimento Rural) – com 4274 milhões de euros.

O Ministério da Agricultura realça que "este montante global da PAC representa um acréscimo de 5%, a preços correntes, entre períodos de programação".

Respondendo às questões colocadas pela "Vida Económica", Maria do Céu Antunes é taxativa: "Este acordo, do Conselho, sobre a reforma da PAC vem possibilitar a concretização de questões que, para Portugal, são de especial importância, a que se junta uma maior ambição ambiental que todos nós aspiramos, através de uma transição que se quer justa no que respeita ao Ambiente e Clima, nomeadamente para fazer face aos efeitos das alterações climáticas".

Está, assim, em cima da mesa "um novo modelo de desempenho da PAC, baseado num plano estratégico único por Estado-membro que engloba o primeiro e o segundo pilar da PAC" e em que há "garantia de um nível adequado de subsidiariedade ao nível da conceção dos instrumentos de apoio".

Em matéria de ambição ambiental e climática da PAC, haverá condicionalidade reforçada, novos regimes ecológicos anuais no primeiro pilar e medidas agroambientais no segundo pilar, sendo

que tudo isto é acompanhado de "mecanismos de adaptação às realidades nacionais".

Portugal terá "um importante papel" enquanto Presidência do Conselho da UE

A ministra da Agricultura salienta o facto de o segundo Pilar da PAC ter já hoje a obrigatoriedade de alocar, pelo menos, 30% do orçamento a medidas para o ambiente e clima, à qual se junta um novo instrumento (eco-regime), que representará pelo menos 20% do envelope pagamentos diretos (primeiro pilar da PAC) para um pagamento ao agricultor para implementação de práticas agrícolas que permitam atingir objetivos no âmbito do ambiente e clima práticas ambientais.

Também será assegurada a "continuidade do financiamento a 100% dos sistemas coletivos de regadio sustentável" e, em relação aos setores considerados mais vulneráveis e menos preparados para assegurar a competitividade, a ministra da Agricultura deixa uma garantia: "conseguimos assegurar o aumento do pagamento ligado, por exemplo, para os ovinos e caprinos ou para o arroz".

Em paralelo, "há uma especial atenção à pequena agricultura", diz a governante. "Assegurou-se um sistema flexível, um sistema de controlo simplificado e os pagamentos inferiores a dois mil euros sem cortes (a chamada disciplina financeira)".

O que podemos esperar daqui por diante?, perguntámos. A ministra da Agricultura explica que se seguem agora as negociações do tríplice entre Conselho, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. E Portugal, garante, terá aqui "um importante papel enquanto Presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 para a conclusão da reforma da PAC".

CONFAGRI quer valorização do Pilar II da PAC

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal considera "positivos" os resultados da reunião de Conselho de Ministros da Agricultura de 20 de outubro, onde foi alcançado um acordo político relativo aos três regulamentos do Pacote PAC – Planos Estratégicos, Horizontal e OCM única.

Em comunicado, a Confederação diz que esses mecanismos permitem "responder a algumas das especificidades da agricultura nacional, designadamente em matéria do envelope de apoios associados e do reforço da ambição ambiental e climática, com o estabelecimento de um limiar financeiro mínimo para eco-regimes e a obrigatoriedade de implementação de compromissos plurianuais para medidas agroambientais no segundo pilar".

Por outro lado, e dado o acordo sobre as transferências financeiras da PAC, previstas para Portugal para o período 2021-2027, a CONFAGRI entende que estão também "reunidas condições robustas para o segundo pilar [da PAC] permitir assegurar o financiamento dos investimentos necessários" às explorações agrícolas e à organização, transformação e comercialização da produção, bem como para responder aos desafios ambientais, onde estão inseridas as medidas agroambientais.

Neste contexto, a CONFAGRI defende a "abertura de novos compromissos agroambientais para todas as atuais medidas previstas no Programa de Desenvolvimento Rural – Continente (PDR2020), incluindo para a "Produção Integrada" e o "Uso Eficiente da Água", durante o período de transição da PAC, anos 2021 e 2022.

Advoga ainda "a continuidade das medidas "Produção Integrada" e "Uso Eficiente da Água" no segundo pilar da PAC", uma vez que considera existir "condições no âmbito do QFP2021-2027 e as mesmas serem fundamentais para a prossecução de objetivos do Pacto Ecológico Europeu, particularmente da "Estratégia do Prado ao Prato" e da "Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030".

Transferências da PAC para Portugal (Milhões de euros, a preços correntes)				
Rubricas	2014-2020	2021-2027		TOTAL
		Quadro Financeiro Plurianual (QFP)	Next Generation (Sem participação PT)	
FEAGA	5.279	5.527		5.527
Pagamentos Diretos (PD)	4.069	4.335		4.335
Vinho	456	439		439
Apicultura	9	15		15
POSEI	743	739		739
FEADER (DR)	4.058	3.904	366	4.270
PD+DR	8.127	8.239		8.605
PAC total	9.337	9.431		9.797

FONTE: CONFAGRI

MINISTRO DO MAR QUER "MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS" E "DIMINUIR OS CUSTOS DE CONTEXTO"

Estratégia Nacional para o Mar prevê aumento de 30% do VAB até 2030

A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM) prevê uma meta específica de aumento de 30% do valor acrescentado bruto (VAB), face ao peso atual, da economia do mar para 2030. Em entrevista à "Vida Económica", o ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, mostra-se otimista. "Esta meta deverá ser atingida com o aumento das exportações, mas, também, com o aumento da capacidade de produção e uma aposta forte na reindustrialização e na inovação em setores mais emergentes". A versão final da Estratégia será levada a Conselho de Ministros "até ao final deste ano".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Na sessão de apresentação e debate da proposta de Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 que fez na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), afirmou que "o desenvolvimento da economia do mar e a criação de emprego são prioridades evidentes numa década que se inicia com uma profunda crise económica". Em que subáreas é possível criar emprego? Nas pescas? Na indústria transformadora de pescado?

"Iguamente fundamentais para atingirmos os objetivos estratégicos da ENM 2021-2030 (também nas áreas das pescas, aquicultura, transformação de pescado e portos) são as componentes das qualificações e competências do roteiro do potencial produtivo e emprego"

Ricardo Serrão Santos – Deixe-me começar por agradecer o interesse na Estratégia Nacional para o Mar (ENM), e a oportunidade de prestar estes esclarecimentos. Estou convencido de que em todas as áreas da economia do mar há potencial para criar emprego na próxima década, incluindo nas pescas e na transformação de pescado.

VE – Mas há alguma meta estabelecida em matéria de criação de emprego?

RSS - Na proposta de ENM que colocámos em consulta pública, temos metas relativas ao emprego da economia azul em termos globais e não por setor. Uma das metas da Estratégia é precisamente assegurar o crescimento do emprego na economia azul nacional até 2030, relativamente ao ano base de 2021. Temos outras metas diretamente relacionadas com a criação de emprego, como por exemplo aumentar anualmente o número de candidaturas a

medidas de apoio ao emprego para atividades relacionadas com a economia azul (através das medidas de apoio à contratação/estágios profissionais/prémios ao emprego/conversão, incluindo medidas de empreendedorismo e criação do próprio emprego).

Dentro das metas da Estratégia temos também outras que, a serem atingidas, implicam necessariamente criação de emprego nesses setores. É o caso de metas como melhorar o ambiente de negócios na economia do mar, diminuindo os custos de contexto das empresas, aumentar a captação de investimento direto estrangeiro em Portugal para a economia do mar ou duplicar o número de trabalhadores com ensino pós-secundário nas atividades ligadas ao mar até 2030.

Dentro das medidas do Plano de Ação há várias que, direta (por exemplo, o "voucher" emprego azul e programa mobilizador para as ciências do mar) ou indiretamente (fomento no desenvolvimento dos setores emergentes da economia do mar, como a robótica, as energias renováveis oceânicas ou a bioeconomia azul), promovem o emprego na economia azul. E, para além da criação de novos empregos, também prevemos alterações positivas nos graus de qualificação e especialização nos setores mais tradicionais, que deverão procurar moderni-

zar-se, descarbonizar-se e digitalizar-se, precisando por isso de adquirir novas competências e recursos humanos diferenciados.

VE - Em relação à dimensão económica na proposta da ENM2030, o senhor lembrou que "o peso médio da economia do mar na economia nacional dos estados-membros da UE em termos de valor acrescentado bruto é 1,3% — em Portugal a economia do mar representa 3,4% do VAB". Há perspetivas de ultrapassar ainda mais esse peso médio até 2030?

RSS - Na proposta de ENM 2021-2030 prevemos uma meta específica de aumento de 30% do VAB da economia do mar para 2030 face ao peso atual. Esta meta deverá ser atingida com o aumento das exportações, mas também com aumento da capacidade de produção e uma aposta forte na reindustrialização e na inovação em setores mais emergen-



Ricardo Serrão Santos, ministro do Mar.

mas. Esta proposta foi apresentada no âmbito desse pacote e está ancorada na consolidação de um tecnopolo de investigação e negócio na Ilha do Faial, com vertentes multidisciplinares e também de formação, onde o Escola do Mar, recentemente inaugurada, é um ativo importante.

VE - Para além desta verba para os Açores, o PRR destina alguma verba ao setor da economia do mar/pescas/transformação de pescado para o continente?

RSS - O PRR tem vários investimentos previstos que são da maior relevância para os vários setores da economia do mar. Serão iniciativas que não serão exclusivamente dedicadas à economia azul, ou às pescas, mas que foram concebidas em alinhamento com a proposta de ENM que está em consulta pública. Aliás, ambos os documentos foram em grande medida elaborados no mesmo período de tempo, e a equipa do Ministério do Mar responsável pela elaboração da ENM foi a mesma que preparou os nossos contributos para o PRR. Julgo que, para quem lê os objetivos estratégicos da ENM e os roteiros do PRR, os pontos de

ligação são evidentes.

VE - Finalizado o período de consulta pública, qual é o passo seguinte? Quais são as primeiras ações a tomar?

RSS - Finalizada a consulta pública, vamos processar e analisar todos os contributos recebidos para procurarmos incluí-los na versão final que tentarei levar a Conselho de Ministros até ao final deste ano. Esta é uma Estratégia Nacional que envolve todo o Governo e, por isso, será aprovada como uma Resolução do Conselho de Ministros. O

Aliás, não deve haver surpresa a este respeito, porque o PRR foi desenvolvido a partir da "Visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030", desenvolvida pelo Professor António Costa Silva, onde o Mar figura com proeminência.

VE – A que se refere concretamente?

RSS - Mais concretamente, estou a referir-me, desde logo, aos roteiros do PRR relativos à descarbonização e bioeconomia, à eficiência energética e renováveis (incluindo o hidrogénio e gases renová-

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) prevê 32 milhões de euros para o Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores". Uma das medidas é a consolidação de um tecnopolo de investigação e negócio na Ilha do Faial

mesmo se aplica ao seu Plano de Ação e às respetivas medidas.

VE – Quero questioná-lo acerca do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que prevê 32 milhões de euros para o Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores". Que medidas concretas estão previstas?

RSS - Como sabe, há uma percentagem das subvenções do PRR que é da responsabilidade das regiões autóno-

mas, às empresas 4.0 e à digitalização e à qualificação e transição digital na administração pública. Iguamente fundamentais para atingirmos os objetivos estratégicos da ENM 2021-2030 (também nas áreas das pescas, aquicultura, transformação de pescado e portos) são as componentes das qualificações e competências do roteiro do potencial produtivo e emprego, e a componente das infraestruturas do roteiro da competitividade e coesão territorial.

PROJETO ENVOLVE MUNICÍPIOS DE AMARANTE, BAIÃO, CINFÃES, MARCO DE CANAVESES, PENAFIEL E RESENDE

Secretário de Estado da Agricultura lança plataforma 'locale.pt'



O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Nuno Russo (segundo a contar da esquerda), realçou o papel do turismo, da gastronomia e da restauração e a valorização dos produtos locais.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Nuno Russo, participou no final de outubro, em Amarante, no lançamento da plataforma <https://locale.pt/> da Dolmen - Cooperativa de Desenvolvimento Local e Regional. O projeto envolve seis municípios do Douro Verde: Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende.

"O turismo e a animação turística, a gastronomia e a restauração, a valorização dos produtos locais, a par da formação profissional e das novas tecnologias de informação e conhecimento, dão um contributo importante ao pulsar socioeconómico de um território rural", disse Nuno Russo na sua intervenção.

O governante realçou ainda o papel dos mercados locais de produtores, "as cadeias de valor acrescentado, os circuitos curtos de comercialização, que permitem um grande potencial de exploração, de comercialização e até de internacionalização".

Por outro lado, Nuno Russo sublinhou que "a estratégia de desenvolvimento está alinhada com a Terra Futura [Agenda de Inovação para a Agricultura | 20 | 30] no modelo de implementação e governação, com o propósito de fazer crescer a agricultura, inovando-a e entregando-a à próxima geração, apostando numa cadeia de valor inovadora e competitiva".

Uma iniciativa alinhada com a Agenda de Inovação para a Agricultura 20 | 30

Recorde-se que a Agenda de Inovação para a Agricultura 20 | 30 - Terra Futura define uma iniciativa tida como "emblemática" - Alimentação Sustentá-

vel -, entre outras 15 iniciativas, porque "quer valorizar e estimular o consumo dos nossos produtos endógenos, garantindo a autenticidade e promovendo a confiança dos consumidores".

Por sua vez, o programa para a Alimentação Sustentável pretende ainda estimular a produção nacional, a adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis, as cadeias curtas de abastecimento, a valorização dos produtos de qualidade, da dieta mediterrânica e a sensibilização dos consumidores e da população em geral para a adoção de uma alimentação equilibrada e para o consumo de produtos de época e locais, referiu o governante.

"Uma ferramenta inovadora", diz a vice-presidente da Câmara de Amarante

Lucinda Fonseca, vice-presidente da Câmara Municipal de Amarante, também participou no evento. Amarante é, aliás, um dos concelhos que integram a plataforma <https://locale.pt/> da Dolmen.

A autarca elogiou a iniciativa, fazendo notar que se trata de "uma ferramenta inovadora que pode potenciar o território e os nossos produtores". Esta é, aliás, "a materialização de um projeto que tem vindo a ser trabalhado em todo o território e que, com certeza, será mais uma ferramenta para divulgar aquilo que de bem e de bom se faz em todos os nossos municípios".

A 'locale.pt' é "a quarta loja" da Dolmen que promove os produtos do território Douro Verde em várias categorias: garrafeira, gourmet, artesanato, cabazes, cosméticos, merchandising e publicações.

A Dolmen prevê a realização de mais iniciativas de divulgação da plataforma 'locale.pt' este mês de novembro nos vários municípios do território Douro Verde.

"DEIXAR-NOS-IA MUITO REALIZADAS VER O 'ORANGEBEE' NA PRATELEIRA DE UM SUPERMERCADO", DIZ A EQUIPA VENCEDORA

À quarta foi de vez: Portugal ganhou o ECOTROPHELIA Europe

O projeto 'OrangeBee', um preparado alimentar à base de aquafaba e pólen apícola que reutiliza desperdícios da indústria alimentar, foi o grande vencedor do ECOTROPHELIA Europe, uma competição do setor agroalimentar que juntou estudantes universitários de 13 países europeus. A multinacional Nestlé presidiu ao júri.

Em entrevista à "Vida Económica", as duas jovens empreendedoras portuguesas, Bárbara Vitoriano e Adelaide Olim, já traçaram objetivos: "encontrar os parceiros e indústrias adequadas e que acreditem no conceito do produto, para que a sua comercialização seja possível". Revelam, aliás, que já receberam "mensagens de várias pessoas muito interessadas em provar o produto". "Deixar-nos-ia realmente muito realizadas ver os produtos fermentados 'OrangeBee' na prateleira de um supermercado nos próximos tempos", dizem.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Agora que arrecadaram este primeiro prémio da iniciativa ECOTROPHELIA Europe, que futuro profissional antevêm?

Bárbara Vitoriano - Como designer, os projetos multidisciplinares e o contacto com outras áreas de estudo é algo que sempre me motivou bastante, tal como questões relacionadas com a sustentabilidade, pensar o futuro e a inovação social. Ao deparar-me com o

"Queremos continuar a desenvolver a marca, sempre com o intuito de alertar para os desperdícios alimentares, consciencializar e informar os consumidores para aproveitarem as partes de alimentos que normalmente não são aproveitadas"

impacto que a alimentação tem nas pessoas e no mundo, e estando alerta para as problemáticas como o desperdício alimentar e o modo como produzimos e gerimos os alimentos atualmente e como o devemos fazer no futuro, concluí que o design tem o poder de alterar comportamentos, com o intuito de os tornar mais responsáveis e conscientes.

Com a minha investigação no âmbito da dissertação de mestrado, que deu origem ao desenvolvimento conceptual do produto OrangeBee, aprendi que os alimentos podem e devem ser conside-

rados ferramentas de design. E com o concurso ECOTROPHELIA e o contacto com o mundo profissional do setor alimentar concluí que existe espaço para que o design se insira mais ativamente na indústria agroalimentar e no processo de pensar em novos produtos alimentares inovadores e pertinentes para o mercado.

Sendo assim, pretendo continuar a investigar e a explorar a relação que a disciplina do Design tem com a alimentação. E tenho em mente continuar a responder às questões de como alimentar o mundo, como viver de forma mais sustentável e como tratar os recursos naturais da melhor forma para um futuro promissor e o mais sustentável possível, não só como cidadã, mas, também, na minha atividade profissional de designer.

Adelaide Olim - A motivação para iniciar o meu Mestrado em Biotecnologia Alimentar provém do meu gosto pessoal pela área da inovação e desenvolvimento de novos produtos alimentares, para a qual sempre tive preferência. Por este motivo, fazia sentido abordar esta disciplina na minha tese, que teve como objetivo integrar e valorizar os produtos apícolas, como o pólen apícola e o mel, no desenvolvimento de novos produtos inovadores e sustentáveis. Sendo o pólen um produto nobre, mas pouco reconhecido por um público vasto, o meu objetivo seria também informar sobre os seus benefícios para a saúde e torná-lo acessível a todos.

Realmente, ter-me deparado com o concurso ECOTROPHELIA foi uma ótima oportunidade para melhorar as minhas capacidades, para ganhar experiência e entrar em contacto com o mundo profissional agroalimentar. Esta experiência foi enriquecedora. E fez-me perceber que a área alimentar é muito mais complexa e importante do que achava, principalmente por todas as questões que agora são levantadas relativamente ao desperdício alimentar e à sustentabilidade dos produtos que são desenvolvidos.

VE - Têm já alguma empresa, em Portugal ou na Europa, interessada

em desenvolver este produto e colocá-lo à venda no mercado?

BV e AO - No desenvolvimento do produto, entramos em contacto com várias empresas, tanto com possíveis fornecedores de subprodutos, que nos cederam alguns ingredientes e informações muito relevantes sobre a sua origem, como com empresas que nos mostraram a sua visão acerca do projeto. Com o concurso ECOTROPHELIA, e com o apoio da PortugalFoods, foi também possível ter contacto mais direto com a indústria agroalimentar e com parceiros que nos

alertaram para pormenores que deveríamos ter em conta no sentido de colocar o produto no mercado.

Neste momento, o nosso objetivo é encontrar os parceiros e indústrias adequadas e que acreditem no conceito do produto, para que a sua comercialização seja possível. Recebemos mensagens de várias pessoas muito interessadas em provar o produto. Deixar-nos-ia realmente muito realizadas ver os produtos fermentados 'OrangeBee' na prateleira de um supermercado nos próximos tempos, disponível para todos os consumidores curiosos. E continuar a desenvolver a marca, sempre com o intuito de alertar para os desperdícios alimentares, consciencializar e informar os consumidores para aproveitarem as partes de alimentos que normalmente não são aproveitadas na nossa cultura, e valorizar e tornar acessível o pólen, informando dos seus benefícios.

Consideramos que é importante consolidar a marca primeiramente no território nacional e, posteriormente, expandir e adaptar o negócio internacionalmente, sem alterar o conceito sustentável da marca.



Bárbara Vitoriano e Adelaide Olim, alunas de mestrado, respetivamente, em Biotecnologia Alimentar e em Design da Universidade de Aveiro, desenvolveram o 'OrangeBee', um preparado fermentado de aquafaba (água que resulta da cozedura de leguminosas) com uma camada de geleia de laranja, polvilhado com pólen apícola.

VE - Que vertentes do vosso projeto pretendem melhorar com vista a dar-lhe ainda mais potencial de mercado?

BV e AO - Devido à pandemia, não foi possível dar a provar o produto a um vasto número de pessoas, o que

"O produto 'OrangeBee' é um excelente contributo para o futuro da inovação alimentar"

Costuma dizer-se que, à terceira, é de vez. Aqui foi à quarta vez. À quarta participação na iniciativa ECOTROPHELIA Europe, e mesmo em tempos de pandemia e de fortes restrições sociais, sanitárias, de circulação e, até, de partilha gastronómica e de degustação, Portugal ganhou o primeiro prémio naquela que é a maior competição europeia em eco-inovação alimentar.

O preparado fermentado 'OrangeBee', desenvolvido por duas alunas da Universidade de Aveiro, foi o grande vencedor da 13ª edição desta competição que promove a inovação, o empreendedorismo e a competitividade do setor agroalimentar europeu, desafiando estudantes do ensino superior a desenvolverem produtos inovadores e sustentáveis.

Bárbara Vitoriano e Adelaide Olim, alunas de mestrado na Universidade de Aveiro em Biotecnologia Alimentar e Design, respetivamente, desenvolveram um preparado fermentado de aquafaba (água que resulta da cozedura de leguminosas) com uma camada de geleia de laranja, polvilhado com pólen apícola.

Este produto alimentar, que pode ser utilizado, por exemplo, como sobremesa, e que reutiliza resíduos habitualmente desprezados pela indústria alimentar, foi premiado pelo júri europeu, liderado pela multinacional Nestlé. Christoph Hartmann, Head of Academic Alliances na Nestlé, explicou a escolha do júri: "O produto OrangeBee tem um design bastante apelativo, muita qualidade e uma proposta de valor elevada. É um



excelente contributo para o futuro da inovação alimentar."

O 'OrangeBee' foi o projeto eco-inovador que representou Portugal este ano, de entre os 13 países em competição e as 14 universidades europeias presentes. Os projetos desenvolvidos pelas equipas de estudantes da Grécia - projeto O-live, que desenvolveu gresinos à base de azeite e com diferentes recheios de vegetais e frutos gregos - e da Islândia - projeto Frosti, que apresentou uma solução de flocos de skyr sem lactose - garantiram o segundo e terceiro lugar do pódio, respetivamente.

O júri era liderado pela Nestlé, mas integrava diversas personalidades do setor agroalimentar europeu.

A diretora executiva da PortugalFoods está exultante: «A distinção europeia

nos deixa bastante curiosas em perceber, fora do nosso círculo de amigos e de colegas, qual a aceitabilidade por parte da generalidade do consumidor. Assim, primeiramente consideramos importante realizar uma prova de degustação aliada a projetos de divulgação por parte de grandes estabelecimentos comerciais, e que nos permitam realizar essa experiência com um número elevado de consumidores portugueses, de modo a comprovar que a formulação do produto agrada e se insere no mercado. Para além disso, procuramos estabelecer contacto com possíveis fornecedores, ou mesmo com indústrias que estejam interessadas em produzir os nossos preparados 'OrangeBee'.

Numa fase posterior, ambicionamos continuar a desenvolver a gama de produtos 'OrangeBee', adicionando novos produtos alimentares, também esses eco-inovadores, que se integrem no conceito e nos ingredientes da marca. Algumas ideias de produtos já começaram a ser testadas, e acreditamos que poderão também ser de sucesso e trazer o carácter novidade à marca.

deste projeto português não nos podia encher de mais orgulho. O setor agroalimentar português é conhecido, há muito, nos mercados internacionais, pela sua qualidade e excelência. O facto de se mostrar como uma indústria cada vez mais inovadora, atenta às tendências e aos novos padrões de consumo, que colocam a sustentabilidade no topo da agenda, certamente irá ajudar no caminho da promoção do setor agroalimentar nacional lá fora".

Por outro lado, refere Deolinda Silva, "este prémio é também o reconhecimento do esforço que o setor tem feito no sentido de se aproximar das universidades e dos centros de conhecimento e inovação". E não há dúvida: "este estreitamento de relações é a garantia de que o agroalimentar nacional está a preparar o seu futuro".

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO DESMENTE AFIRMAÇÕES DE MIGUEL ANAYA À "VIDA ECONÓMICA"

"Miguel Anaya nunca apresentou nenhum projeto estruturado sobre a Região Demarcada do Douro"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

António Lencastre, presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CD-FRD), reagiu à entrevista de Miguel Anaya, vice-presidente demissionário da instituição, publicada na edição de outubro do suplemento "AgroVida".

Começa por dizer que, "não fora a desfaçatez da postura na entrevista não faria sentido responder", mas, ainda assim, responde. Para dizer que "transformar uma vitória clara da região numa derrota dos viticultores, na forma demagógica em que a apresenta, demonstra falta de conhecimento e extrema má-fé". E acusa Miguel Anaya de "sempre" ter adotado "a posição de 'Velho do Restelo'" e "nunca" ter acreditado no "sucesso das posições da CD/FRD".

Miguel Anaya tinha afirmado à "Vida Económica" que a Direção da CD/FRD "nunca se aproximou dos seus associados e, inclusivamente, até se afastou, exercendo um mandato isolado dos seus federados" e levando a instituição a um "estado calamitoso". Acusou ainda o presidente, António Lencastre, de "conflito de interesses", afirmando que ele "não pode estar como vice-presidente do Conselho Interprofissional [do IVDP] em representação da produção e, ao mesmo tempo, ser presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas que integra o comércio, que é a AEVP".

António Lencastre desmente tudo. Refere, desde logo, que Miguel Anaya era "apenas vogal, nunca foi vice-presidente da CD/FRD, dado que estatutariamente o cargo não existe e, nem a nível de direção, se lhe reconheceu essa condição". Depois, acusa-o de falta de projetos. "Durante cinco anos, além de aconselhamento jurídico, nunca apresentou nenhum projeto estruturado sobre a Região Demarcada do Douro ou mesmo qualquer estratégia, como parece indicar", diz António Lencastre, explicando que Miguel Anaya se "limitou a propor visitas aos Associados da CD/FRD, que nunca promoveu nem realizou e no que nunca teve oposição da restante direção".

"Miguel Anaya nunca mereceu essa confiança"

Quando ao Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (CI/IVDP), António Lencastre lembra a atual representação da produção naquele órgão, que "é composta por António Lencastre (presidente), Camilo Costa (vogal da direção), Leandro Macedo (vogal da direção), Nelson Viana (vogal da direção), Anabela Carneiro, Alzira Viseu, Catarina Pizarro, Celeste Marques, Paula Filipe, Pedro Kendall e Zulmira Matos".

E acrescenta dizendo que "o único vogal da Direção da CD/FRD que não tinha lugar no CI/IVDP era o MA [Miguel Anaya], que nunca mereceu essa confiança por não ter qualquer experiência ou conhecimento como viticultor", realçan-

do ainda que "as decisões do CI foram sempre concertadas em reuniões com os conselheiros da produção, com a direção e demais sócios, tendo sido sempre respeitadas pelos conselheiros da CD/FRD no Conselho Interprofissional propriamente dito".

Miguel Anaya referiu, na entrevista à "Vida Económica": "eu sempre o avisei que ele estava numa posição impossível. Porque ele não pode estar como vice-presidente do Interprofissional em representação da produção e, ao mesmo tempo, ser presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas que integra o comércio, que é a AEVP, que está do outro lado. Ou seja, há ali uma clara incompatibilidade, um conflito de interesses que este ano se tornou claramente latente".

Confrontado com essa acusação de incompatibilidade produção/comércio, António Lencastre refuta que seja "presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas que integram o comércio, que é a AEVP...". E clarifica a sua posição dizendo: "Eu, António Lencastre, sou sim presidente da cooperativa Caves Vale do Rodo, Crl e presidente do conselho de administração da empresa Porto Réccua Vinhos, SA, detida a 100% pela cooperativa, pelos viticultores seus cooperantes e pelos seus trabalhadores".

Na reação que enviou à "Vida Económica", António Lencastre também discorda das afirmações de Miguel Anaya acerca da criação da Reserva Qualitativa (Portaria n.º 201-B/2020) de 10.000 pipas de mosto (550 litros cada), que fixou um apoio de 500 euros por pipa, num máximo de cinco milhões de euros suportados pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP) e que, segundo afirmou na entrevista, "mereceu desde o início a oposição da maior parte dos membros da Direção da Casa do Douro".

Reserva qualitativa: "a votação da produção foi por unanimidade"

O presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro apresenta a sua versão. Diz que que, "em finais de março deste ano, foi criado um grupo de

trabalho inicial para análise da crise do Covid-19 que era composto pelo Prof. Jorge Queiroz (UP), Prof. Anabela Carneiro (UP), Dr. Rui Paredes, Eng.º. Alzira Viseu, Eng.º. Celeste Marques e Eng.º. Pedro Kendall, contando ainda com análise do Prof. João Rebelo (UTAD), pessoa com profundo conhecimento da economia do Douro e responsável científico do estudo "Rumo Estratégico para o Setor dos Vinhos do Porto e Douro", apresentado publicamente em setembro de 2018 e com a presença dos governantes do Ministério da Agricultura".

Diz António Lencastre que este foi "o



António Lencastre, presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro.

embrião de tudo o que se veio seguir", nomeadamente "reuniões", que "aconteciam via zoom ou whatsapp". Desses "debates", surgiram "todos os documentos, posicionamentos, cartas aos ministros e notas de imprensa que foram sendo emitidos pela CD/FRD". Foi a partir daí que "surgiu uma proposta com as principais medidas de combate à crise, tais como: o pedido de devolução dos saldos cativos do IVDP, a destilação de crise, o apoio à armazenagem, a reserva qualitativa e o apoio à promoção", diz.

"Foram essas medidas que posteriormente foram apresentadas ao comércio e ao CI [do IVDP] e não o inverso, como falsamente afirma o MA [Miguel Anaya]", diz António Lencastre. Lembra até que,

"na reunião do Conselho Interprofissional de 30 de abril de 2020, em que se aprovaram as medidas de crise, e entre elas a reserva qualitativa, a votação da produção foi por unanimidade, sendo que um dos vogais da direção, membro do Interprofissional e afastado por doença, foi representado sem apresentar qualquer discordância, contrariamente ao que afirma MA".

Lencastre refere ainda que, "na reunião do Conselho Interprofissional em que se aprovou o "benefício" e a reserva qualitativa, a votação favorável da produção também foi por unanimidade, sendo que um dos vogais da direção membro do interprofissional, afastado por doença, e outro de férias emitiram procurações e foram representados sem apresentarem qualquer discordância, contrariamente ao que afirma MA, que nem sequer participou na reunião de preparação".

Reserva Qualitativa e os prazos de libertação do vinho

Por último, António Lencastre faz notar: "Na fórmula da reserva qualitativa aprovada no Conselho Interprofissional, posteriormente regulada através de Portaria, o vinho beneficiado fica sem capacidade de venda e bloqueado por três anos e depois a sua introdução no consumo será feita em sete anos em parcelas iguais. No entanto, cria ainda a possibilidade de poder ser alterada esta proporção caso exista a vontade de maioria qualificada do Conselho Interprofissional".

Note-se que a Portaria n.º 201-B/2020, de 20 de agosto, define que "A libertação da reserva qualitativa será efetuada em 10 anos, sendo operacionalizada da seguinte forma: a) Até à vindima de 2023, sem possibilidade de entrada no mercado; b) Até à vindima de 2030, de forma faseada, entrando o mínimo de 12,5 % ao ano."

A mesma Portaria prevê ainda que a diminuição dos prazos e a alteração das condições de libertação dos vinhos das referidas "ficam dependentes de deliberação por maioria qualificada de dois terços dos membros da secção especializada relativa à denominação de origem Porto do Conselho Interprofissional do IVDP".

Esta "alternativa", diz o presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro, "visa dar possibilidade de reajuste, no futuro, para mais ou para menos", embora diga que "o comércio nunca terá a hipótese de o fazer sozinho mesmo com o apoio do Presidente do IVDP".

António Lencastre diz ser, assim, "falsa a afirmação de MA [Miguel Anaya] que, na prática, nada percebeu do processo". Recorde-se que Miguel Anaya qualificava o processo de instituição da Reserva Qualitativa de "perverso", dizendo que o mesmo "foi perversamente usado em benefício de quem não precisava desse benefício e em detrimento da-

queles para quem a portaria [que institui a reserva qualitativa] foi criada".

Na entrevista que concedeu à "Vida Económica" em outubro último, o vice-presidente demissionário da CD/FRD foi incisivo: "Isto vai criar um problema mais grave nos próximos anos, porque esta reserva qualitativa [e na portaria que a institui] tem lá uma válvula de escape a dizer que se tem de guardar [o vinho] durante três anos e libertar gradualmente nos outros sete, até ao limite de 10, mas, se a maioria qualificada do Interprofissional deliberar que pode ser libertado antes, pode ser libertado antes. E eu não tenho dúvidas nenhuma que essa válvula foi criada exatamente para que esse vinho venha todo para o mercado muito antes dos 10 anos".

Eleições na Casa do Douro a 14 de janeiro de 2021

Já quanto à fórmula de pagamento aprovada para quem compra a reserva qualitativa, diz o presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro que ela está estipulada: as empresas têm de "pagar totalmente até 15 de dezembro de 2020, através do IVDP, para que depois possam receber o prémio de 500 euros/pipa dado a quem ficar com esse vinho".

Note-se a afirmação de Miguel Anaya na entrevista à "Vida Económica". Disse ter "a certeza absoluta que muitas empresas exportadoras vão fazer o negócio da vida delas, no sentido de ficarem com a reserva qualitativa, já paga a 500 euros, subsidiada pelo próprio dinheiro dos agricultores que estava cativado em Lisboa. E, eventualmente – também tenho notícias disso e veremos no final quando o IVDP tiver libertado os números –, vão chegar ao pé dos agricultores e vão dizer: 'eu fico com a reserva qualitativa, mas não pago 900 ou 1000 euros que devia pagar, primeiro porque já estão pagos 500 euros, mas mesmo esses 500 eu não tos pago, porque eu infelizmente estou sujeito a ficar com o vinho cinco, seis, sete, oito anos sem o poder vender, tenho uma obrigação de conservação e não te vou pagar tudo'."

A Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CD-FRD) atravessa um processo turbulento há meses, que já resultou em, pelo menos, três demissões.

Depois de o Ministério da Agricultura ter decidido suspender o processo eleitoral para eleição dos delegados municipais, conselho geral e direção da Casa do Douro "enquanto vigorar a situação de calamidade" gerada pela pandemia da Covid-19, eis que chega ao fim o mandato dos atuais órgãos da CD-FRD.

E, dado que a crise pandémica se mantém e não se vislumbra nova data para que se cumpra a decisão da Assembleia da República que determinou que a Casa do Douro volte a ser uma associação pública de inscrição obrigatória, a CD-FRD definiu o seu próprio calendário eleitoral. As eleições estão marcadas para 14 de janeiro de 2021.

CAP E CNA INDIGNADAS PELO INCUMPRIMENTO DO IFAP

Pagamento falhado de 25 milhões de medidas agroambientais "será processado durante a primeira quinzena de novembro"



O Estado falhou a "obrigação financeira programada" de proceder ao pagamento de 25 milhões de euros de medidas agroambientais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), nas quais a Produção Integrada assume um papel de destaque. O Ministério da Agricultura garantiu à "Vida Económica" que "o pagamento da segunda "tranche" do adiantamento da medida M7.2 – Produção Integrada, inicialmente previsto para 30 de outubro, será processado durante a primeira quinzena do mês de novembro". O atraso não foi explicado.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Das medidas do PDR 2020 que necessitam de participação nacional e que iriam ser alvo de adiantamento por parte do Ministério da Agricultura destacam-se a Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (MAZD) e as Medidas Agro-Ambientais, nas quais a Produção Integrada assume um papel de destaque e cujo pagamento falhou.

Perante esta falha de pagamento por parte do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura fez notar que, "se o adiantamento das MAZD foi concretizado, o que é positivo, o mesmo já não se pode dizer da Produção Integrada, que ficou de fora, o que significa que o Ministério da Agricultura e o Governo não cumpriram o compromisso assumido com os agricultores".

Bastante mais cáustica, a CAP – Confederação Nacional da Agricultura diz que "é inadmissível que o Estado português falhe de forma tão flagrante com uma obrigação financeira programada, sobretudo, quando se conhece o comportamento intolerante para com os contribuintes e empresas quando, por algum motivo, estas falham com as suas obrigações para com o Estado, designadamente, fiscais".

CAP diz que "é injusto, errado e merece reflexão"

A Confederação liderada por Eduardo Oliveira e Sousa considera que "é uma relação profundamente desigual, que importa rever e nivelar, pois o Estado não pode reclamar para si um tratamento de privilégio quando incumprir, e de verdadeira perseguição para com quem incumprir". Diz ainda que "é injusto, é errado e merece reflexão por parte dos poderes públicos", apelando a que, em pleno debate orçamental, "se consagre igualdade de tratamento perante situações lamentáveis de incumprimento, como a verificada hoje [30 de outubro], que se traduzem em perdas financeiras para os agricultores".

A medida agroambiental "Produção Integrada" era devida "a mais de 12.500 agricultores", num "valor médio de 2000 euros por agricultor", refere a CAP. Aquela estrutura fala da "indignação" sentida por esses agricultores pelo "incumprimento do Estado nos pagamentos de medidas agroambientais", cuja liquidação estava programada para o último dia de outubro. E "apela para que esta situação seja resolvida no mais curto prazo possível, isto é, já no decurso da semana que vem".

Mas esse pagamento não deverá ser tão célere. Fonte oficial do gabinete da ministra Maria do Céu Antunes apenas se compromete com processamento "durante a primeira quinzena do mês de novembro".

A "Vida Económica" perguntou sobre a explicação que o Ministério da Agricul-

tura dá para este incumprimento, mas não foram adiantadas quaisquer razões para esta falha na liquidação de 25 milhões de euros, "que deixam de entrar na economia nacional e que tanta falta fazem aos agricultores, que recebem esta ajuda por práticas mais amigas do ambiente", refere a CNA.

E a Confederação tem uma explicação. "A não concretização deste adiantamento deve-se a razões puramente orçamentais e economicistas, já que, em termos técnicos, nada o impedia. Ou seja, o Governo não libertou as verbas a tempo de fazer os pagamentos destas medidas, que, como se referiu, necessitam de comparticipação nacional. Seriam necessários cerca de seis milhões de euros do Orçamento nacional, já que a restante verba vem de Bruxelas", diz.

CNA quer ver "assegurada a comparticipação nacional" da execução do PDR

A CNA considera, assim, "esta situação inadmissível e reclama desde já que estes pagamentos sejam de facto realizados durante a primeira quinzena de novembro".

A Confederação sublinha ainda que "esta situação acontece num contexto em que o Ministério da Agricultura, em nome do controlo do défice, não tem executado, nos últimos anos, as verbas inscritas em Orçamentos do Estado, o que aconteceu mais uma vez este ano de 2020, por exemplo, ao nível do regadio, onde mais de metade ficou por executar".

Da mesma forma, diz a CNA, "não cumpriu o inscrito no Orçamento Suplementar, já que ainda não avançou com a medida da eletricidade verde". Daí também reclamar ao Governo que "garanta que, até ao final deste ano, esteja assegurada a comparticipação nacional para a normal execução do PDR2020, e que quer os pagamentos das ajudas quer os reembolsos dos investimentos já realizados sejam efetuados atempadamente".

